

NEGÓCIOS & FINANÇAS

Orçamento de 93 preocupa

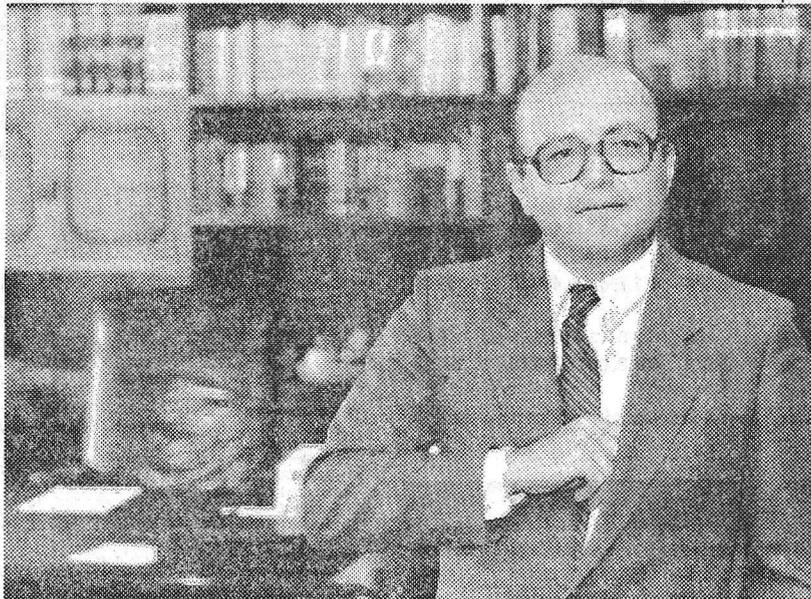
■ Mailson prevê dificuldades caso reforma fiscal não aconteça até o fim do ano

CONSUELO DIEGUEZ

Se até o final do ano não for aprovada uma reforma fiscal de emergência, o orçamento da União para 1993 será inadministrável. A advertência é do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, que avaliou o orçamento encaminhado ao Congresso e constatou que o governo não terá recursos para cobrir as despesas previstas, entre elas o pagamento da isonomia salarial ao funcionalismo público e o reajuste de 147% aos aposentados.

Dessa forma, se confirma o alerta feito em Washington pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, de que se o Congresso não aprovar a reforma fiscal até o final do ano o país estará trocando uma crise política por uma "crise fiscal gravíssima". Mailson aponta três razões básicas que irão inviabilizar a execução do orçamento para o próximo ano.

A primeira é o fato de o governo não poder mais contar, a partir do próximo ano, com os efeitos do calote dado na população em março de 1990, quando foram bloqueados 80% dos ativos financeiros, o que aliviou substancialmente o custo de rolagem da dívida pública. De



Arquivo

Mailson: governo não terá como pagar isonomia e 147% a aposentados

acordo com Mailson, até o final do ano essa dívida deverá equivaler a 20% do PIB, próximo aos 24% atingidos no final do governo Sarney. Outro ponto de pressão sobre as contas públicas é a folha salarial do funcionalismo público, que chegou a representar 62% do orçamento em 1988, caiu para 25% nestes dois últimos anos mas tende, em razão das reposições a serem dadas pelo governo, a atingir níveis bem

superiores aos registrados atualmente.

Receitas — Por último, vem as receitas vinculadas, recursos já comprometidos que o governo tem que gastar obrigatoriamente, que abocanham 80% do orçamento, e não há como reduzir ainda mais estas despesas. "A primeira equipe econômica do governo Collor vendeu a imagem de que tinha feito uma reforma fiscal, quando, na verdade, apenas adiou o rombo do

orçamento através de medidas artificiais que não mais surtirão efeito. A situação é dramática", alerta Mailson.

Para ele, a única alternativa é se fazer um ajuste tributário de emergência até o final do ano, e deixar para se discutir a reforma fiscal durante a revisão constitucional. Com isso, seriam garantidos recursos para o Tesouro viabilizar a execução dos orçamentos de 93 e 94, até que os efeitos da reforma pudessem ser sentidos no orçamento de 1995. Mailson acha fundamental que se defina, por exemplo, a questão das transferências constitucionais para estados e municípios, já que o Tesouro não tem condições de repassar verbas sem repassar também as despesas. "Enquanto não for resolvida esta questão, o Brasil nunca deixará de ser candidato a hiperinflação."

O impasse se aprofunda cada vez mais em razão de o governo só poder contar, atualmente, com a política monetária. Segundo Mailson, sem o apoio da política fiscal, esse mecanismo esgota sua capacidade de funcionamento, e acaba provocando um déficit ainda maior nas contas do Tesouro.